



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 055/2022 **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

RELATÓRIO

1. De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 055/2022, *“Autoriza abertura de crédito de crédito suplementar ao orçamento geral do Município no valor de R\$572.825,09 (quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e nove centavos).”*
2. Publicada, a proposição foi distribuída a esta Comissão para manifestar-se via parecer, sobre os aspectos constitucional e legal, conforme dispõe o art. 47, combinado com o art. 79, do Regimento Interno.
3. É sucintamente, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

4. Em sede preliminar, reconheço estarem presentes todos os requisitos intrínsecos à apresentação da proposta, sobretudo aqueles pertinentes à competência, eis que o assunto envolve matéria de exclusivo trato por parte da municipalidade, a teor do que dispõe o art. 30, I, da Constituição Federal, por tratar de assunto de interesse local e também quanto à iniciativa (legitimidade), posto tratar-se de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal, nos exatos termos da alínea “a”, inciso I, parágrafo 1º do artigo 107 da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõe:

Art. 107...

§ 1º. São de iniciativa privativa do Prefeitos as Leis que:

....

c) orçamento municipal anual, plurianual e as diretrizes orçamentárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA

CNPJ 01.637.481/0001-03 - MINAS GERAIS - BRASIL

5. Como se sabe, nos termos do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, os créditos adicionais são classificados em Suplementares, Especiais e Extraordinários, nos seguintes termos:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

6. Destarte, como consta do Projeto de Lei, trata-se pois de crédito adicional suplementar, nos termos do inciso I, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$572.825,09 (quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e nove centavos), destinados a Construção e Ampliação de Unidades do Ensino Fundamental.

7. Como fonte de recursos para a abertura do crédito, serão utilizados recursos apurados como superávit financeiro no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, no mesmo valor, ou seja, R\$572.825,09 (quinhentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais e nove centavos).

CONCLUSÃO

8. Em face do exposto, voto pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 055/2022.

Sala das Comissões, 05 de setembro de 2022.

Ronildo Siqueira da Conceição
Relator